

O que houve na reunião do CMN

por Severino Góes
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

impediria qualquer mudança na política salarial. Segundo ele, a classe política tem de se convencer de que "nós temos que fazer este expurgo e ele fatalmente vai-se refletir nos salários".

Vidigal acredita que a desindexação da economia deve acontecer a curto prazo, uma vez que a expectativa dos empresários é de que o assunto volte a ser estudado pelo governo. Ele acha a medida necessária, já que a "classe trabalhadora vai sofrer mais com a inflação ascendente, nos níveis que estão aí, do que com o expurgo, que será temporário".

O presidente do Banco Econômico e ex-ministro da Indústria e do Comércio, Ângelo Calmon de Sá, também manifesta pensamento semelhante ao do presidente da FIESP. "Acho que o governo vai adotar o expurgo. A própria sociedade brasileira começa a pedir isto. Pelo menos aqueles que conhecem um pouco de economia, que vêem o efeito pernoso de rapassar sobre a correção, o INPC e os índices de inflação, fatores que, a rigor, nada têm a ver com isso", disse ele a Jorge Luiz de Souza.

Para Calmon de Sá, o governo corre o risco, ao não promover a desindexação, de "levar o Brasil a uma hiperinflação e não resolver nem o problema do déficit público". De qualquer forma, o ex-ministro não vê o acordo PDS-PTB como um empecilho para que seja promovido o expurgo do INPC, que afetaria os salários. "Todo o Congresso tem que compreender isso. O próprio governador Tancredo Neves acha que tem que fazer a desindexação e o PDS vai se convencer de que, se isso não for feito, vai prejudicar ainda mais o assalariado."

O presidente do Banco Econômico parte da constatação de que, com os reajustes semestrais, os trabalhadores "estão sofrendo um esbulho muito maior no seu salário, com esse nível de inflação, do que se fosse feito um expurgo que trou-

xesse a certeza de que a inflação iria ceder". E completou: "Se não houver desindexação, os efeitos serão anulados imediatamente".

Já o diretor-superintendente do grupo Pão de Açúcar, Abílio Diniz, prefere defender a idéia da ação urgente do que chamou de "redutor" na correção monetária e no INPC para evitar que ocorra um aumento muito grande na taxa inflacionária. "Houve um consenso entre governo e empresários em torno da necessidade de criar-se um redutor para a correção monetária e o INPC que tanto diminua a incidência dos aumentos de preços pelo lado dos ativos financeiros como também pelo lado dos assalariados."

No entender de Abílio Diniz, o governo não terá dificuldades políticas para aplicar estas medidas, que não afetariam apenas uma camada da sociedade mas a todas. "Eu não falo em termos de INPC somente porque o redutor tem que ser feito também na correção monetária. Não se pode punir apenas uma parcela da sociedade. O que se faz em salários tem que se fazer em ativos financeiros", disse. Com isso, explicou, abre-se a possibilidade de recuperação da economia brasileira sem que os salários sejam excessivamente penalizados.

"Que haja um resultado positivo disso, que não se perca este sacrifício", pediu o presidente do Banco Itaú, José Carlos Moraes de Abreu. Ele acredita que o "pacote" ontem aprovado pelo CMN tem que ser complementado "com um mecanismo que quebre o automatismo dos reajustes em função da inflação passada". O pedido dos empresários para que o governo promova a desindexação da economia "permanece em discussão", segundo Moraes de Abreu. E explicou: "O setor privado informou (ao governo) que existe um sentimento de grande nervosismo, porque se divulgou o pacote sem se quebrar o mecanismo de transferência dos preços corretivos. Estou a favor de todas as medidas, desde que sejam complementadas. Ou todo este esforço e sacrifício se perde".